

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.193 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 3 DE NOVEMBRO DE 2000



Sérgio Machado considera o momento oportuno para tratar do assunto

## Sérgio Machado faz apelo por reforma política

PÁGINA 8



Os senadores Geraldo Althoff, Gilberto Mestrinho e Álvaro Dias e o ministro Waldeck Ornélas, durante o depoimento na CPI



Projeto de Maguito exclui Goiás e Distrito Federal do horário de verão

## Maguito quer tirar GO e DF do horário de verão

PÁGINA 6

## Ornélas: os clubes de futebol recolhem menos do que deveriam

Ministro da Previdência afirma que, mesmo beneficiados por uma renúncia fiscal que passará neste ano de R\$ 61 milhões, os clubes acumulam uma dívida de R\$ 218 milhões

### Plenário aprova dispensa de licitação para outorga de bem público a entidade religiosa

Foi aprovado, em turno suplementar, projeto que permite dispensa de licitação para entidades religiosas e filosóficas usarem bens públicos.

PÁGINA 2

Em depoimento prestado quarta-feira à CPI do Futebol, o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas,



sugeriu várias providências para aumentar a arrecadação federal junto aos clubes de futebol. A incidência da contribuição previdenciária sobre toda a receita dos clubes e a exigência de certidão negativa para a assinatura de contratos de patrocínio são algumas das medidas que ele propõe.

PÁGINAS 4 E 5



Para Emília, a indicação de uma mulher para o Supremo é um "marco"

## Emília destaca indicação de juíza para o STF

PÁGINA 7

### Mínimo de R\$ 180 já é consenso, diz Amir Lando

O senador, relator do projeto de Orçamento, prega o empenho de todos para elevar o salário mínimo.

PÁGINA 3

### CFC retoma a investigação de denúncias contra Eduardo Jorge

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) ouvirá 16 pessoas sobre denúncias feitas contra o ex-secretário Eduardo Jorge.

PÁGINA 7

## Quebrado o sigilo bancário de empresa de material esportivo

PÁGINA 5

# Criação do Funttel é um dos destaques da semana

A aprovação do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações e o plebiscito sobre a constituição de três novos territórios federais no Amazonas estão entre as principais decisões tomadas no período pelos senadores

Um plebiscito para a criação de três territórios e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) foram aprovados pelo Plenário do Senado durante os trabalhos desta semana. Em regime de urgência, foi aprovado o Funttel, que visa estimular a pesquisa, a capacitação de recursos humanos, a criação de empregos e o acesso de pequenas empresas a recursos que lhes permitam competir no setor.

Enviado à sanção presidencial, o texto prevê que o fundo será administrado por um conselho gestor e terá como agentes financeiros o BNDES e a Finep (Empresa Financiadora de Estudos e Projetos). Sua principal fonte



O Senado decidiu que todos os habitantes do Amazonas deverão participar do plebiscito sobre o desmembramento do estado

será um percentual das receitas auferidas com as concessões de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequências, assim como a aprovação de laudos de produtos.

Também nesta semana, o Senado aprovou proposta do senador Jefferson Péres (PDT-AM) de realização de um plebiscito em todo o estado do Amazonas, para que a população responda se quer

desmembrar alguns municípios para criar os territórios de Rio Negro, Juruá e Solimões. A idéia nasceu de projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Segundo Mozarildo, a área territorial de 1.600.000 quilômetros quadrados do estado do Amazonas impede a atuação do aparelho estatal, condenando as populações dos municípios distantes a inúmeras carências, especialmente as de prestação do poder público, e à falta de condições mínimas de saúde, saneamento, transporte e educação.

Jefferson Péres entendeu que o projeto de Mozarildo Cavalcanti reuniria áreas geográficas muito distantes entre si e argumentou que a melhor forma de propi-

ciar a todas as cidades do Amazonas o desenvolvimento que elas pleiteiam é formar três novos territórios – e não estados, como propôs Mozarildo – unindo cidades situadas na calha dos rios Negro, Juruá e Solimões.

O Senado também aprovou decretos legislativos autorizando o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Alvorada Freqüência Modulada, do Rio de Janeiro (RJ); Rádio Cultura de Assis, de Assis (SP); Rádio Jornal de Rio Claro, de Rio Claro (SP); Rádio Musical FM, de Jacaré (SP); Sistema Excelsior de Comunicação, de Rio Claro (SP); Sistema de Comunicação Rio Bonito, de Palmas (TO); e Rádio Alvorada FM, de Salinas (MG).

## Debate da Lei de Informática marca atividades das comissões

O trabalho das comissões técnicas do Senado foi marcado, nesta semana, pela audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater o projeto da nova Lei de Informática. De um lado, o vice-governador do Amazonas, Samuel Assyag Hanan, condenou a atual legislação e pediu mudanças na proposta em exame na comissão. De outro, colocaram-se em defesa do projeto os representantes do governo federal e o secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, José Aníbal.

Hanan lembrou que a Constituição prevê a manutenção por 25 anos dos benefícios fiscais concedidos às empresas instaladas na Zona Franca de Manaus (ZFM). Por isso, defendeu a manutenção das vantagens comparativas previstas para a capital amazonense. Ele criticou o projeto em tramitação, que estende a todo o país os incentivos à produção de telefones celulares e monitores de computador.

Suas opiniões foram contestadas pelo secretário de Ciência e Tec-

nologia de São Paulo, para quem o vice-governador desqualifica os resultados da lei atual. José Aníbal afirmou que o projeto prevê a descentralização de investimentos de pesquisa e desenvolvimento. Ele apontou como efeitos benéficos da legislação a existência de indústrias de informática em estados como Santa Catarina, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Os senadores amazonenses Jefferson Péres (PDT), Gilberto Messtrinho (PMDB) e Bernardo Cabral (PFL) anunciaram que o estado recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) para manter os benefícios assegurados à ZFM se o acordo sobre a Lei de Informática não for restaurado.

A CAE aprovou requerimento para que os ministros Martus Tavares, do Planejamento, e Pedro Malan, da Fazenda, sejam convidados para prestar esclarecimentos sobre possíveis fontes de recursos financeiros que possam cobrir um aumento significativo para o salário mínimo em 2001.

A Comissão Mista de Orçamento aprovou o relatório preliminar de receitas do Orçamento 2001, apresentado pelo senador Amir Lando (PMDB-RO) e que destina prioritariamente à Previdência Social toda arrecadação adicional, tornando possível a elevação do salário mínimo. Amir Lando garantiu que “haverá dinheiro para o reajuste do mínimo para R\$ 180 em maio, nem que o Congresso tenha de cortar verbas de algumas áreas”.

Também nesta semana, o chefe do Departamento de Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, Ricardo Liao, informou aos membros da CPI do Futebol que até o momento foram abertos 22 processos contra 22 clubes do futebol brasileiro, envolvendo US\$ 42,5 milhões. A CPI aprovou requerimento para que o presidente da Fifa, Joseph Blatter, seja convidado a explicar os motivos que o levaram a se posicionar contra as comissões parlamentares de inquérito em funcionamento no Senado e na Câmara.

## Dispensada licitação para outorga de bem público a entidades religiosas

O Senado aprovou quarta-feira, em turno suplementar, o projeto de lei do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que muda a Lei nº 8.666, que define as regras para licitações e contratos da administração pública. A proposta segue para exame da Câmara.

O projeto permite que concessões, permissões e autorizações de uso de bens públicos outorgadas a entidades religiosas, filosóficas ou filantrópicas, sem fins lucrativos, sejam dispensadas de licitações, desde que demonstrada a destinação social do bem outorgado.

O Plenário também aprovou qua-



O projeto de José Roberto Arruda também beneficia as entidades filosóficas

tro projetos de decreto legislativo que renovam e outorgam atos de concessões e permissões a emissoras de rádio.

Os beneficiados foram: Rádio Musical FM, de Jundiá (SP); Sistema Excelsior de Comunicação, de Rio Claro (SP); Sistema de Comunicação Rio Bonito, de Palmas (TO);

e Rádio Alvorada FM, de Salinas (MG). Francelino Pereira (PFL-MG) cumprimentou o prefeito eleito de Salinas, Geraldo Santana, que é o proprietário da Rádio Alvorada. Ele transmitiu o agradecimento da família Santana ao Senado pela aprovação do projeto.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# É hora de lutar pelo aumento do salário mínimo, diz Lando

O relator-geral do projeto de Orçamento afirmou que não pretende “alimentar discussões” sobre a viabilidade econômica ou não do reajuste

O relator-geral do projeto de Orçamento da União para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou quarta-feira que não pretende “alimentar discussões” sobre a viabilidade econômica ou não de se elevar o salário mínimo para R\$ 180 em maio próximo. “É hora de lutar pelo aumento do mínimo, e não de criticar.”

Amir Lando fez a declaração ao ser questionado por jornalistas sobre afirmações atribuídas ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP). Conforme agências de notícias, Goldman teria considerado o relatório preliminar sobre receitas, apresentado pelo senador e aprovado terça-feira pela comissão, “uma declaração de intenções” sobre o aumento do mínimo.

— Há consenso no Congresso, no Executivo e em todo o país de que o salário mínimo deve subir para R\$ 180. Como relator-geral, indiquei preliminarmente de onde deverá sair o dinheiro e é uma obrigação de todo o Congresso lutar para que as sugestões sejam colocadas em prática. As propostas são concretas — sustentou.

No relatório, Amir Lando apontou as seguintes fontes para gerar recursos que bancariam a Previ-



Amir Lando considera que há consenso no Executivo e no Congresso sobre o novo valor do mínimo

dência Social, responsável pelo pagamento de um salário mínimo a 12,3 milhões de aposentados: reestimativa da arrecadação, cobrança de Imposto de Renda das aplicações dos fundos de pensão e permissão à Secretaria da Receita Federal, em lei, para pedir a quebra de sigilo bancário de quem faz grandes movimentações financeiras mas não declara a renda. A cobrança de IR dos fundos de pensão depende do julgamento de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), que deve ocorrer ainda este mês. “Se o STF não concordar, o Congresso pode mudar a lei para estabelecer a cobrança”, disse o relator-geral.

## IMPOSTO DE RENDA

O senador apelou ao Congresso para aprovar com rapidez o

projeto, já em tramitação, que autoriza a Receita Federal a investigar aqueles que pagam grandes valores de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) mas não indicam na declaração de renda patrimônio compatível. Quanto à reestimativa da arrecadação proposta pelo Executivo para 2001, Amir Lando disse que irá apresentá-la assim que receber do Ministério da Fazenda números da arrecadação do terceiro trimestre deste ano. No relatório, ele informa que as consultorias de Orçamento e Fiscalização do Congresso acreditam que as receitas da CPMF e da Contribuição Financeira para a Seguridade Social (Cofins) serão superiores ao previsto pelo Executivo.

## Relator rejeita aumento de gastos com emendas

“Os gastos com as emendas do Congresso ao Orçamento não vão aumentar”, garantiu quarta-feira o relator-geral do projeto de Orçamento da União para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), ao comentar a decisão da Comissão Mista de elevar o valor das emendas individuais de deputados e senadores de R\$ 1,5 milhão para R\$ 2 milhões. Amir Lando votou contra o novo valor, juntamente com o PT e o PCdoB na noite de terça-feira.

— Na proposta de Orçamento enviada pelo Executivo ao Congresso, há uma reserva de R\$ 1,6 bilhão para as emendas in-

dividuais dos parlamentares, das bancadas e das comissões. Não vou aumentar esse valor. Se preciso, vamos tirar dinheiro das emendas das comissões e das bancadas — disse.

Começou ontem, e vai até o dia 11, o prazo para que os deputados e senadores, as comissões e as bancadas estaduais e regionais apresentem emendas ao projeto de Orçamento. Cada parlamentar pode sugerir até 20 emendas, e é obrigado a indicar de onde quer tirar o dinheiro, uma vez que é proibido de criar despesas sem a correspondente receita. Só o relator-geral, com o apoio da Comissão Mista de Orçamento,

pode aumentar o valor dos gastos e, mesmo assim, deve justificar detalhadamente de onde sairá o dinheiro para bancar as novas despesas.

Na próxima semana, as comissões permanentes do Senado e da Câmara começam a discutir as cinco emendas que cada uma delas pode apresentar ao projeto de Orçamento. No Senado, as comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) reúnem-se terça-feira, dia 7, para apresentação e votação das suas emendas. Na quarta-feira, dia 8, será a vez da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

## Antonio Carlos considera “infeliz” concessão de reajuste de 11,98%

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou na manhã de quarta-feira que a concessão de reajuste de 11,98% aos servidores do Judiciário, por conta de uma diferença de 10 dias nos cálculos para transformação do antigo cruzeiro real em URV (Unidade Real de Valor), em 1994, “foi uma decisão infeliz da Justiça brasileira”. O senador reafirmou sua disposição de não pagar os 11,98% aos servidores do Senado, “salvo se for obrigado por medida judicial”.

De acordo com Antonio Carlos, a média salarial dos servidores do Judiciário e do Legislativo é quatro vezes maior que a dos funcionários do Executivo. “Dar esse reajuste a eles e não aos servidores do Executivo seria uma grande injustiça”, afirmou. Ele lembrou que a decisão do Supremo



ACM: há dúvidas sobre existência de recursos para o reajuste

Tribunal Federal (STF) foi “polêmica”, decidida por um placar de seis votos contra cinco, e nem o acórdão foi publicado ainda. O senador também levantou dúvidas a respeito da existência de recursos para garantir o aumento.

— Se eu fosse o governo, contestaria até o fim essa decisão. Aqui no Senado não tomarei a iniciativa de pagar — frisou o presidente da Casa.

A respeito da indicação pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, da primeira mulher para integrar o Supremo Tribunal Federal, na vaga aberta com a aposentadoria do ministro Octavio Gallotti, o senador Antonio Carlos Magalhães considerou a iniciativa “ótima”. E previu que até o dia 20 de novembro o Senado votará o nome da juíza Ellen Gracie Northfleet para o cargo.

## Para Arlindo Porto, reforma do sistema tributário é inadiável

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) afirmou que o Brasil não possui um bom sistema tributário, o que torna a reforma tributária uma necessidade inadiável. O senador acredita que, da maneira como estão organizados, os tributos “castigam quem produz, emperram a economia e impedem a criação de empregos”.

— Há que se reconhecer que a matéria é complexa e envolve numerosos interesses, e os governos temem perder receitas. Medo infundado, pois um sistema tributário de qualidade, com maior simplicidade e menor carga fiscal sobre as empresas, redundará em maior arrecadação — afirmou.

Porto elogiou a proposta de criação de um novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), compartilhado entre União e estados, em discussão na Câmara dos Deputados. O novo tributo substituiria o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o atual ICMS estadual.

— O ICMS, que é um imposto sobre o valor adicionado, poderia aproximar-se das vantagens do *sales tax*, praticado nos Estados Unidos, que oferece muitos atrativos — defendeu.

Para Arlindo Porto, o sistema tri-

butário norte-americano estimula as empresas e a produção, o que evita a transformação do sistema em “uma corrida de obstáculos”. O senador afirmou que, em vez de adicionar um imposto a cada etapa da produção, o sistema dos Estados Unidos taxa apenas no momento da venda, de forma transparente, em frente ao consumidor.

— Não há imposto embutido no custo do produto ou do serviço.

Assim, reduz-se muito a tentação da informalidade e da sonegação. O sistema de *sales tax*, ao taxar o consumo e não a produção, abre campo para o crescimento e a criação de empregos, além de trazer mais receitas para o Poder Público — disse.

O senador também condenou a proposta de eliminação dos descontos no Imposto de Renda de pessoas físicas, com unificação de alíquota. Para ele, a proposta contraria o princípio da progressividade e vai punir ainda mais a classe média.



Arlindo Porto: os tributos atuais castigam quem produz

# Ornélas faz sugestões para ampliar contribuição de clubes

Ministro da Previdência e Assistência Social diz à CPI do Futebol que a arrecadação das contribuições de entidades e patrocinadores alcançou, este ano, R\$ 47,94 milhões, enquanto a renúncia fiscal atinge R\$ 61,27 milhões

O ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, sugeriu diversas alterações na legislação previdenciária para combater a sonegação dos clubes de futebol. Ele falou quarta-feira aos



integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro.

A primeira sugestão de Ornélas é de que a base de cálculo das contribuições previdenciárias para os clubes incida sobre todas as receitas, incluindo as mensalidades dos associados. Atualmente, a contribuição é de 5% da renda bruta dos espetáculos esportivos, do patrocínio de todas as modalidades esportivas e também do licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade e transmissão dos jogos.

O ministro citou o caso do Clube Atlético Juventus, de São Paulo, o maior clube associativo do Brasil. Como sobre a renda das mensalidades não incide a contribuição previdenciária, a renúncia fiscal chega a 99,4% sobre a renda auferida pelo clube.

Waldeck Ornélas sugeriu ainda que seja exigida a Certidão Negativa de Débito junto à Previdência para a assinatura de contratos de patrocínio. Ele pediu também que

os dirigentes de clubes e federações sejam responsabilizados pessoalmente pelas contas das entidades que comandam e tenham obrigações claras para escrituração contábil, hoje inexistentes.

Outra alternativa sugerida por Ornélas é o retorno da contribuição sobre a folha de salários, como as empresas em geral. Para garantir a efetividade da receita, propôs que seja introduzida a sistemática da retenção.

Segundo o ministro, a arrecadação das contribuições previdenciárias de clubes, federações e patrocinadores alcançou, este ano, R\$ 47,94 milhões. São R\$ 20,21 milhões dos clubes, R\$ 11,44 milhões provenientes das federações e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), relativos a 5% do total da renda dos espetáculos, e R\$ 16,29 milhões referentes a 5% da renda de patrocínio.

Já a renúncia fiscal atinge R\$ 61,27 milhões. Quase a totalidade dessa renúncia (91,4%) advém de 20 grandes clubes, num total de R\$ 55,98 milhões. Essa renúncia está concentrada nos estados de São Paulo (63,1%), Rio de Janeiro (13,7%), Minas Gerais (10,3%) e Rio Grande do Sul (9,4%).

A dívida ativa – já em processo de execução judicial – chega a R\$ 218,55 milhões, estando concentrada no Rio de Janeiro (R\$ 37,58 milhões), São Paulo (R\$ 34,45 mi-



Ornélas propôs à CPI presidida por Álvaro Dias (à esquerda) que os dirigentes sejam responsabilizados pessoalmente pelas contas das entidades

lhões), Rio Grande do Sul (R\$ 11,14 milhões) e Minas Gerais (R\$ 8,75 milhões).

Entre os principais fatores para a sonegação da contribuição previdenciária estão os clubes de fachada, que têm sua folha de pagamento composta por funcionários de outras empresas (notadamente bingos, firmas de construção civil e restaurantes) e a criação de empresas para administrar as receitas do clube, diminuindo a incidência previdenciária. Outro fator para escapar das contribuições é a contratação de jogadores e técnicos como pessoas jurídicas, fugindo da incidência sobre a folha. Ornélas citou o técnico do Cruzeiro, Luiz Felipe Scolari, como um dos que foram contratados como pessoa jurídica.

## Relator aponta falhas na fiscalização do Banco Central

Para o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), a atuação do Banco Central (BC) na fiscalização é extremamente comprometida. O parlamentar disse que a deficiência ficou evidente tanto nas CPIs dos



Para Geraldo Althoff, CPIs têm mostrado falhas na fiscalização do BC

Precatórios e do Sistema Financeiro como na que é por ele relatada.

Althoff acrescentou que as falhas na fiscalização do Banco Central ficaram claras com a comparação entre os depoimentos do chefe do Departamento de Ilícitos Cambiais e Financeiros, Ricardo Liao, e do ministro da Previdência e Assistência

Social, Waldeck Ornélas, ocorridos na terça e na quarta-feira. O senador cumprimentou Ornélas pela eficácia do sistema de fiscalização montado por seu ministério, que trouxe resultados positivos.

Geraldo Althoff perguntou ao ministro como os patrocinadores dos clubes de futebol têm reagido à ação dos fiscais da Previdência. Segundo Ornélas, a maioria alega desconhecimento da lei, fazendo em seguida o recolhimento das contribuições devidas. Ele acrescentou que, nos casos dos clubes devedores, a Previdência Social vem tentando reter judicialmente a participação desses clubes nas receitas dos eventos de

que participam.

O ministro afirmou também que nem sempre a Previdência Social tem acesso aos contratos de patrocínio, já que os clubes raramente apresentam uma contabilidade específica para esses contratos.

O relator da CPI perguntou sobre a fiscalização das contribuições incidentes sobre os rendimentos das placas de publicidade nos estádios. Com auxílio de assessores, o ministro respondeu que quase nunca esse tipo de publicidade está previsto em contratos, o que dificulta a fiscalização.

Sobre a criação de empresas para intermediar os contratos de patrocínio, fugindo do recolhimento das contribuições, o ministro respondeu que a Previdência não tem condições de cobrar dessas empresas, que se aproveitam de lacunas na lei.

### DÍVIDAS DOS CLUBES COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os 20 clubes com maior valor de dívida ativa (já em processo de execução judicial)

(Em milhões de reais)

	1. Flamengo (RJ)	21,50
	2. Fluminense (RJ)	10,27
	3. Palmeiras (SP)	7,98
	4. Santos (SP)	7,23
	5. Atlético Mineiro (MG)	7,00
	6. Internacional (RS)	3,49
	7. Botafogo (RJ)	3,21
	8. São José Esporte Clube (SP)	3,08
	9. Sport Club do Recife (PE)	2,70
	10. Vitória (BA)	2,25

Total das dívidas dos clubes de futebol profissional junto à Previdência (outubro de 2000)

(Em milhões de reais)

• Débito já parcelado:	8,26
• Débito em fase de recurso:	27,33
• Dívida ativa parcelada:	8,78
• Dívida ativa:	112,83
• Parcelamento especial:	61,35
• Total:	218,55

### Arrecadação previdenciária

(Em milhões de reais)

Ano	Clubes	Federações e CBF	Total
1995	9,82	4,69	14,51
1996	11,81	4,45	16,26
1997	13,75	5,94	19,69
1998	14,4	6,86	21,26
1999	7,99	16,72	24,71
2000	11,44	20,21	31,65



# Senadores questionam ministro sobre evasão de renda de jogos

Meios utilizados para fugir à fiscalização e reduzir as contribuições dos clubes preocupam os integrantes da CPI do Futebol

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) criticou a desorganização do futebol no Brasil, dando como exemplo o fato de que toda a arrecadação deste ano da Previdência Social com os clubes não paga o passe de um grande jogador.

— Isso é uma esculhambação

geral — afirmou o senador, que criticou também o acesso franco das autoridades aos estádios. “Como governador de Goiás, lutei para que políticos, juízes e outras autoridades pagassem ingresso para assistir aos jogos, mas não consegui”, relatou.

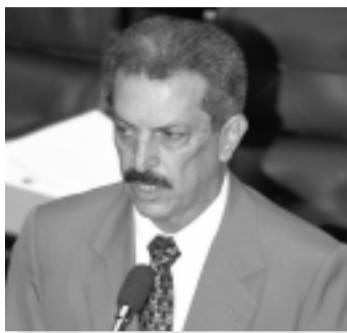
Em resposta, o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, afirmou que a fiscalização sobre a renda nos estádios é feita através da conferência dos números de ingressos emitidos e os efetivamente vendidos. Ressaltou, no entanto, que os clubes burlam a renda real com o fornecimento de ingressos incluídos nos preços das mensalidades pagas pelos sócios.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que a apropriação indébita das contribuições previdenciárias — caracterizada por seu lançamento na contabilidade sem o respectivo recolhimento aos cofres da Previdência Social — é punida pelo Código Penal, com pena de reclusão de um a quatro anos. O ministro respondeu que, nesses casos, a Previdência Social ingressa com ações na Justiça.

Ornélas previu que, com a apro-



Maguito Vilela criticou a desorganização do futebol no Brasil



Tuma lembrou que a apropriação indébita das contribuições é punida pelo Código Penal



Antero de Barros indagou se o ministério tem cópias dos contratos de transmissão pela TV



Cabral perguntou o que faz a Previdência para evitar a evasão de renda nos estádios

vação da lei que trata dos crimes contra a Previdência, será mais fácil condenar os culpados. Ele lembrou que os dirigentes não têm responsabilidade quanto às contas dos clubes de futebol ou das federações de clubes. O senador Antero de Barros (PSDB-MT) indagou se o ministério tem cópias dos contratos de transmissão pela TV e de patrocínio dos clubes e dos campeonatos. O ministro, auxiliado por assessores, respondeu que esses contratos são fiscalizados pela Previdência.

Ornélas citou o técnico do Cruzeiro Esporte Clube, Luiz Felipe Scolari, como exemplo de paga-

mento a pessoa jurídica para fugir das contribuições previdenciárias. Disse também que a empresa Rhummel, fornecedora de materiais esportivos, tem utilizado artifícios como a freqüente mudança de endereços para escapar da fiscalização da Previdência.

Último a inquirir o ministro, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) perguntou o que faz a Previdência Social para evitar a evasão de renda nos estádios. Com a ajuda de auxiliares, Ornélas respondeu que não há obrigação de que a renda seja divulgada, havendo muitas formas de se fraudar a arrecadação.

## Empresa de material esportivo terá sigilo quebrado

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro aprovou, na quarta-feira, requerimento determinando ao Banco Central a quebra do sigilo bancário da empresa Rhummel, de material esportivo. A empresa foi denunciada pelo ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, por utilizar artifícios como a freqüente mudança de endereço para evitar os fiscais do ministério.

O requerimento foi proposto

pelo presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), pelo vice-presidente, senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM), e pelo relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Outro requerimento apresentado pelos três e também aprovado pela comissão determina que o Ministério da Previdência envie à CPI todas as guias de recolhimento do Fundo de Garantia e de contribuições previdenciárias dos clubes que participam dos módulos azul e amarelo da Copa João Havelange e também das federações de

futebol dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Álvaro Dias anunciou nova reunião administrativa, em caráter sigiloso, para após a Ordem do Dia da próxima terça-feira. Informou também que está marcado para a tarde da próxima quinta-feira o depoimento da estudante de Direito Renata Alves, que acusou o ex-técnico da Seleção brasileira Wanderley Luxemburgo de ganhar comissões na venda de jogadores.

## Tebet aplaude uso da Fazenda Itamaraty para reforma agrária

A divisão da Fazenda Itamaraty, no estado de Mato Grosso do Sul, para fins de reforma agrária e em benefício de 1.200 famílias, é, para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), uma excelente oportunidade para que o governo defina um projeto modelo de assentamento agrário, além de reduzir a onda de violência em todo o estado.

Ramez Tebet informou que a Fazenda Itamaraty, que pertencia ao empresário Olacir de Moraes e foi desapropriada, possui 25 mil hectares de terras consideradas boas para a agricultura, excelente infraestrutura e um moderno sistema de irrigação. Por isso, o senador espera que os governos federal e estadual, com apoio do Incra, desenvolvam um projeto de assentamento digno, “capaz de atender aos verdadeiros trabalhadores rurais”.

Tebet observou que a divisão da Fazenda Itamaraty chega em boa hora. Segundo afirmou, Mato Gros-



Tebet vê oportunidade para que o governo defina um projeto modelo de assentamento agrário

so do Sul enfrenta graves problemas no meio rural, sendo apontado como o estado com o maior número de invasões de terra. A seu ver, a divisão da fazenda irá acalmar os ânimos dos sem-terra e, caso o governo realize um assentamento que atenda de fato aos trabalhadores, será um caminho para que se promova a tão esperada justiça agrária.

## Moreira Mendes pede o fortalecimento da Ceplac

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) voltou a defender o fortalecimento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), começando pela imediata recuperação salarial de seus funcionários, com destaque para o pessoal de nível superior. Para ele, os salários dos técnicos da Ceplac estão defasados, e é necessário um plano de carreira compatível com a importância de suas funções.

Moreira Mendes estranha, contudo, a posição assumida pela direção da associação dos pesquisadores, que chegou a propor a quebra do modelo institucional da Ceplac, através da entrega do Centro de Pesquisas do Cacau (Cepec) à Embrapa. No entender do senador, tal decisão representaria o sucateamento da Comissão Executiva.

— Os profissionais estão radicalizando nas contestações. Na verdade, propõem o esvaziamento da Ceplac — afirmou Moreira Mendes, para quem essa parcela de funcionários não tem qualquer compromisso com os destinos do cacau brasileiro nem com os extensionistas, educadores, administradores, laboratoristas e os trabalhadores de campo.

Para Moreira Mendes, a direção



Moreira Mendes: salários dos técnicos da Ceplac estão defasados

geral da instituição tem se esforçado para atender às reivindicações do setor de pesquisa, além de incentivar e melhorar a remuneração do corpo funcional da Ceplac. Conforme lembrou, a administração propôs ao próprio ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, a assinatura de um convênio visando à concessão de cem bolsas de incentivo, como forma de atender a todos os pesquisadores da entidade.

A Ceplac, de acordo com o senador, também propôs a concessão de mais de 120 funções comissionadas, além das 628 já existentes. Isso, a seu ver, demonstra que a direção geral do órgão vem tentando minimizar o problema salarial dos funcionários da Ceplac.

## TV mostra elaboração do Orçamento



A TV Senado apresenta neste fim de semana o especial *Orçamento*, que trata da evolução do processo de elaboração orçamentária a partir do depoimento de historiadores e técnicos especializados, além de discutir a proposta em tramitação no Congresso. O programa vai ao ar amanhã, às 2h40, 4h40, 8h10, 12h10 e 21h10, e domingo às 2h40, 4h40, 8h10 e 21h10.

No programa *Quem tem medo da música clássica*, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) apresenta a primeira parte do *Réquiem Alemão*, de Brahms. A obra é executada pela Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo e Coro. O programa será mostrado amanhã e domingo, sempre às 10h.

No *Agenda Econômica*, que pode ser visto amanhã, às 6h30 e 13h30, e domingo, às 19h30, os jornalistas Helival Rios e Ribamar Oliveira conversam com Sérgio Moreira, diretor-presidente do Sebrae, sobre os problemas enfrentados pelas pequenas empresas. Amanhã, às 17h, domingo, no mesmo horário, e segunda, às 12h30, o *Revista Brasília* mostra reportagem sobre a Embaixada da Grécia e matéria sobre o Supremo Tribunal Federal.

Já o programa *Tela Brasileira* recebe Lina Chamie, diretora do curta-metragem *Eu sei que você sabe*. O programa vai ao ar amanhã, às 19h, e domingo, às 9h.

Ainda amanhã e domingo, às 9h30, o programa *De Coração* aborda o tema hipertensão arterial. Carlos Machado e Gerson Cassiano falam sobre a doença que atinge 30 milhões de brasileiros.

A pedido de telespectadores, a TV Senado reapresenta a entrevista com o engenheiro elétrico e mecânico Paul Louis Laussac, que desenvolveu equipamentos para equilibrar as energias do corpo humano. A entrevista pode ser vista amanhã e domingo, às 11h e às 23h.

### RÁDIO SENADO

O jazz latino é mais um vez destaque do programa *Improviso - Jazz sem Fronteiras*, na Rádio Senado FM. No final de semana serão mostrados discos do saxofonista Paquito D'Rivera e do trompetista Arturo Sandoval. Eles integraram uma das mais famosas *big bands* cubanas, a Orquestra do Cabaré Tropicana. *Tropicana Nights* é o título do álbum de D'Rivera. O saxofonista conta que o clube noturno já foi um dos mais bonitos do mundo.

Os dois músicos juntaram-se mais tarde com o pianista Chucho Valdéz e outros jovens instrumentistas para formarem a Orquestra Cubana de Música Moderna. Desse grupo saiu o legendário octeto Irakere, referência obrigatória do jazz latino, que também será lembrado no programa.

Radicados hoje nos Estados Unidos, Paquito D'Rivera e Arturo Sandoval buscaram reproduzir em seus discos a sonoridade dos tempos iniciais de ambos nas noites da movimentada Havana de então.

# Maguito quer GO e DF fora do horário de verão

Segundo o senador, é insignificante a economia de energia elétrica na região Centro-Oeste. A medida, disse, também provoca graves transtornos para a população

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) anunciou na quarta-feira em Plenário a apresentação de projeto de lei que exclui o estado de Goiás e o Distrito Federal da obrigatoriedade da adoção do horário de verão. Na avaliação do senador, a economia gerada com o sistema na região Centro-Oeste é "insignificante" e "causa graves transtornos" para a população. Maguito considera o horário de verão um mecanismo vantajoso apenas em países onde a variação dos dias e das noites no verão e no inverno é bastante

acentuada.

— Entretanto, na linha do Equador a duração é praticamente a mesma durante o ano inteiro. Não há excesso de luminosidade no verão, tanto é que, entre os países abaixo do Equador, apenas o Brasil adota a hora de verão — informou.

Ele explicou que, no caso de Goiás e do Distrito Federal, a adoção da medida torna-se ainda mais ineficiente uma vez que os dias que excedem a duração da noite são apenas 39. Isso, observou, não justifica que o horário

de verão deste ano seja tão longo, com 133 dias de duração. "Se fosse apenas pelos 39 dias justificáveis, a economia gerada não representaria nenhuma vantagem, o que prova a ineficácia da medida na região", afirmou.

Maguito Vilela citou diversos transtornos que a alteração do sono, causada pela mudança do horário, traz para as pessoas, como irritabilidade, sonolência, insônia, cansaço e queda do rendimento escolar, além de efeitos mais graves, como o aumento dos índices de violência e de

acidentes de trânsito na vigência do sistema.

De acordo com o senador, dados fornecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) indicam que o horário de verão propicia uma economia de 0,8% na demanda nacional. Ele chamou atenção para a margem de erro, entre 1% e 3%, com que os aparelhos de medição comercial trabalham. "Assim, a economia, além de insignificante, está dentro de uma margem de erro que faz desse número uma informação não confiável", observou.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Cidadania* — Sen. Júlio Eduardo e a dra. Hitomi Miura, presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia, falam da maternidade segura e da saúde reprodutiva  
7h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Althoff fala sobre a política nacional de sangue  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Educação Especial — Bem além dos limites  
9h — *ABD no Ar* — A experiência cinematográfica gaúcha  
9h30 — *De Coração* — Hipertensão arterial  
10h — *Quem tem medo da música clássica?* — *Réquiem Alemão*, de J. Brahms  
11h — *Entrevista* — Terapias alternativas  
12h — *Jornal do Senado*  
12h10 — *Especial* — Orçamento  
12h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Melo fala sobre a receita no Orçamento da União para o pagamento do salário mínimo  
13h — *TV Escola* — Educação Especial — Ritmo, desejo, ação  
13h30 — *Agenda Econômica* — Sérgio Moreira, diretor-presidente do Sebrae, fala sobre pequenas empresas

#### SÁBADO

1h30 — *Especial* — A Carta  
2h — *Saúde/Unip* — Dor no ombro  
2h30 — *Jornal do Senado*  
2h40 — *Especial* — Orçamento  
3h — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão  
3h30 — *Entrevista* — Sen. Sebastião Rocha fala sobre o uso do silicone no organismo  
4h — *Saúde/Unip* — Dor no ombro  
4h30 — *Jornal do Senado*  
4h40 — *Especial* — Orçamento  
5h — *Canal Médico* — Proteus — Aula 5  
6h — *TV Escola* — Educação Especial — Escola, a primeira aventura  
6h30 — *Agenda Econômica* — Sérgio Moreira, diretor-presidente do Sebrae, fala sobre pequenas empresas

7h30 — *Entrevista* — Sen. Agnelo Alves faz balanço das atividades parlamentares  
8h — *Jornal do Senado*  
8h10 — *Especial* — Orçamento  
8h30 — *TV Escola* — Educação Especial — Bem além dos limites  
9h — *ABD no Ar* — A experiência cinematográfica gaúcha  
9h30 — *De Coração* — Hipertensão arterial  
10h — *Quem tem medo da música clássica?* — *Réquiem Alemão*, de J. Brahms  
11h — *Entrevista* — Lina Chamie  
11h30 — *Canal Médico* — Melanoma  
12h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Althoff fala sobre a política nacional de sangue  
21h — *Jornal do Senado*  
21h10 — *Especial* — Orçamento  
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — *Orfeu e Euridice*  
23h — *Entrevista Especial* — Terapias alternativas  
24h — *Redescoberta do Cinema Nacional* — *Corisco e Dadá*

#### DOMINGO

1h30 — *Especial* — A Carta  
2h — *Saúde/Unip* — Todo o poder às mulheres

2h30 — *Jornal do Senado*  
2h40 — *Especial* — Orçamento  
3h — *Cores do Brasil* — Manaus  
3h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Althoff fala sobre a política nacional de sangue  
4h — *Saúde/Unip* — Todo o poder às mulheres  
4h30 — *Jornal do Senado*  
4h40 — *Especial* — Orçamento  
5h — *Cores do Brasil* — Pernambuco  
5h30 — *Saúde/Unip* — Todo o poder às mulheres  
6h — *TV Escola* — Educação Especial — Ritmo, desejo, ação  
6h30 — *Cidadania* — Joãozinho Trinta, carnavalesco, e o jornalista Márcio Cotrim falam de fraternidade, solidariedade e cidadania  
7h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Piva fala sobre o apoio ao esporte amador  
8h — *Jornal do Senado*  
8h10 — *Especial* — Orçamento  
8h30 — *TV Escola* — Educação Especial — Ritmo, desejo, ação  
9h — *Tela Brasileira* — Lina Chamie  
9h30 — *De Coração* — Hipertensão arterial  
10h — *Quem tem medo da música clássica?* — *Réquiem Alemão*, de J. Brahms  
11h — *Entrevista* — Terapias alternativas  
12h — *Canal Médico* — Melanoma  
13h — *TV Escola* — Educação Especial — Deficiência mental  
13h30 — *Debate* — Sen. Maguito Vilela e Mário Drumond Coelho, especialista em direito esportivo, falam sobre a CPI do Futebol  
14h30 — *Espaço Cultural* — Coral do Senado  
15h30 — *Especial* — A Carta  
16h — *Saúde/Unip* — Todo o poder às mulheres  
16h30 — *Entrevista* — Sen. Agnelo Alves faz balanço das atividades parlamentares  
17h — *Revista Brasília* — nº 15  
18h — *Quem tem medo da música clássica?* — *Réquiem Alemão*, de J. Brahms  
19h — *ABD no Ar* — A experiência cinematográfica gaúcha

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
20 às 7h — Música e informação



Na opinião de Emilia Fernandes, a indicação "é um marco histórico na luta das mulheres"

## Emilia elogia indicação de juíza para o Supremo

A indicação da juíza Ellen Gracie Northfleet para a vaga de Luiz Octavio Gallotti no Supremo Tribunal Federal (STF), anunciada na última terça-feira, "é um marco histórico na luta das mulheres e um avanço no respeito às questões de gênero no país". Foi o que afirmou a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), em discurso feito quarta-feira no Plenário.

O nome da juíza ainda deverá ser submetido à deliberação do Senado, mas a indicação já é fato de importância histórica, na opinião de Emilia, e ocorre num momento em que as mulheres ampliam sua participação também no Executivo e no Legislativo. No Judiciário, lembrou, só recentemente o Superior Tribunal de Justiça (STJ) abriu suas vagas à participação feminina, e já conta com duas ministras.

Segundo a senadora, a bancada feminina no Congresso, organizações não-governamentais que desenvolvem seus trabalhos na área do direito das minorias e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher estão comemorando a indicação de Ellen Gracie.

— As questões de gênero passaram a ser componente essencial do processo de democratização dos países e havia grande clamor pela participação das mulheres no STF — informou.

Na presidência da Mesa, o senador Ademir Andrade (PSB-PA), autor de projeto estabelecendo a participação das mulheres no STF através de um mecanismo de indicações alternadas, manifestou a sua convicção de que o Plenário do Senado aprovará a indicação do presidente da República.

# CFC vai ouvir 16 pessoas sobre denúncias contra Eduardo Jorge

Requerimentos aprovados ontem pela Comissão de Fiscalização e Controle são os mesmos que tinham sido encaminhados anteriormente à Subcomissão do Judiciário

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) começa a investigar na próxima quarta-feira as denúncias de suposto envolvimento do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira em atos de favorecimento a diversas empresas. Os integrantes da comissão deverão ouvir 16 pessoas sobre o tema — entre as quais, sócios de companhias privadas e dirigentes de órgãos estatais.

Os convites, previstos em três requerimentos enviados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foram aprovados quarta-feira pela CFC. O presidente da comissão, senador Romero Jucá (PSDB-RR), decidiu unir os três requerimentos em um só e indicou como relator o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a quem pediu uma agenda para as



O senador Ney Suassuna relatou os três requerimentos e foi encarregado de agendar as próximas reuniões da comissão

próximas reuniões.

A pedido da senadora Heloísa Helena (PT-AL), Jucá concordou em convidar os primeiros depoentes já para a próxima reunião da CFC, na quarta-feira. Os nomes das pessoas a serem ouvidas cons-

tam de requerimentos apresentados à extinta Subcomissão do Judiciário — ligada à CCJ, que os repassou à Comissão de Fiscalização e Controle — pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Amir Lando (PMDB-RO), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Heloísa Helena.

De acordo com o requerimento aprovado pela CFC, serão convidados a comparecer à comissão Fernando Jorge Caldas Pereira, sócio da MCI — Marketing, Estratégia e Comunicação Institucional Ltda. e irmão de Eduardo Jorge; Marcos Jorge Caldas Pereira e Ruy Jorge Caldas Pereira, sócios do escritório Caldas Pereira

Advogados e também irmãos do ex-secretário; Ivan Carlos Machado de Aragão, presidente da Meta Participações; Cláudio Albuquerque Haidamus e Eduardo São Clemente, sócios da Meta; e Cláudio de Araújo Faria, ex-chefe de gabinete da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Serão ouvidos ainda Edson Soares Ferreira, ex-diretor do Banco do Brasil e sócio da Direct to Company (DTC); José Caetano de Figueiredo, sócio da Metacor; Jair Bilachi, ex-presidente do fundo de pensão Previ; Manoel Pinto, presidente da Aliança do Brasil; José Maria Monteiro, ex-presidente da Cosesp; os diretores da Cosesp Júlio César Figueiredo e Sérgio Castro; Antônio Anastasia, secretário-executivo do Ministério da Justiça; e Sérgio de Otero Ribeiro, ex-presidente do Serpro.

## Heloísa cobra atitude da Mesa por falta de resposta do governo

A líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), pediu quarta-feira à Mesa do Senado providências contra a recusa do governo em responder os requerimentos de informação e de quebra de sigilo bancário e fiscal de pessoas relacionadas com o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira.

Heloísa disse que a oposição quer saber se a Mesa irá manter a decisão de encaminhar os requerimentos diretamente ao Executivo, ou se aceitará a alegação do governo de que os pedidos precisariam antes da aprovação do Plenário. Segundo justificativas fornecidas pelos ministros, os pedidos não podem ser respondidos porque dependem de autorização judicial.

A senadora contestou essa interpretação, lembrando que a decisão da Mesa conta com o respaldo de artigos constitucionais e do Regimento Interno, além de parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). No documento, Cabral diz que "o pedido de requerimento do senador é um ato indisputável, irrestringível

e inquestionável, no âmbito do direito do parlamentar de fiscalizar os atos do Poder Executivo".

Para Heloísa, a posição do governo obriga o Senado a pedir o enquadramento das autoridades governamentais em crime de responsabilidade por sonegação de informações, como prevê o artigo 50 da Constituição federal.

— De uma maneira ou de outra, os requerimentos terão que ser respondidos. Se a Mesa entender que deve submeter ao Plenário, que assim o faça — disse ela.

Em apoio ao pedido de Heloísa, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que tem certeza da aprovação dos requerimentos



Heloísa: ministros que se recusam a fornecer informações incorrem em crime de responsabilidade

pelo Plenário, acrescentando que cabe à Mesa "defender as prerrogativas do Senado Federal". Também o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apoiou o dis-

curso da senadora afirmando, no entanto, que a melhor solução seria a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o caso Eduardo Jorge.

## Jucá destaca medidas adotadas por comissão



Romero Jucá informou que solicitará a remessa de todo o material apurado pela Subcomissão do Judiciário

Em resposta às questões levantadas pela líder do Bloco Oposição no Senado, senadora Heloísa Helena (PT-AL), sobre a recusa de membros do governo federal em responder os requerimentos encaminhados pela Mesa sobre o caso Eduardo Jorge, o senador Romero Jucá (PSDB-RR), presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), anunciou que vai solicitar a remessa

de todo o material apurado pela Subcomissão do Judiciário.

Jucá lembrou que a CFC se reuniria ainda na tarde de quarta-feira para analisar a questão. Na reunião, os integrantes da subcomissão aprovaram três requerimentos apresentados pelos senadores à Subcomissão do Judiciário, dando início à retomada das investigações do caso Eduardo Jorge.

# Simon defende o financiamento público de campanhas eleitorais

Senador lamenta que partidos aliados do governo tenham decidido não votar a proposta. “Se quisermos falar em ética, esse é o primeiro passo”, afirma, com apoio de Suplicy e Requião

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou o posicionamento dos partidos aliados do governo que teriam decidido, conforme noticiado na quarta-feira pela imprensa, não apoiar a votação da proposta de instituição do financiamento público de campanhas eleitorais. Simon criticou especificamente o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), segundo o qual o financiamento público favoreceria o PT – pelas contas do deputado, o partido levaria cerca de R\$ 120 milhões.

– Se nós quisermos falar em ética e fim da corrupção, o primeiro passo é a campanha eleitoral – disse o senador, argumentando que o financiamento público é a saída para que se inicie o processo de construção da ética no país. Simon pediu que os líderes do PMDB, PSDB e PFL revejam a decisão.

O crescimento do PT, afirmou Simon, não justifica a decisão dos líderes partidários, porque o partido, diante do crescimento elei-



Pedro Simon: a opinião pública apoiará a idéia se conhecer o processo atual

toral, passará também a receber doações particulares cada vez maiores. Ele citou o caso do prefeito eleito de Caxias do Sul, do PT, que teria recebido contribuições de grandes empresas do município.

Em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu cuidado na análise do assunto, ressaltando que a opinião pública poderia ficar contra a destinação de cerca de R\$ 8 bilhões para o fi-

nanciamento de campanhas eleitorais. Simon defendeu o debate com a sociedade sobre o financiamento público das campanhas eleitorais e admitiu que a opinião pública poderá achar exagerada a concessão de R\$ 8 bilhões para financiamento do processo eleitoral, conforme estimativas do senador por Minas Gerais.

– No entanto, com o desvendar do processo que se verifica atualmente para financiar os pleitos eleitorais, a sociedade mudará de opinião – observou Simon. Ele citou como exemplo a campanha de Fernando Collor, destacando que toda a corrupção que ocorreu em seu governo resultou da captação de recursos para o processo eleitoral.

Também em aparte, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Requião (PMDB-PR) concordaram que a maior fonte de corrupção no país está no financiamento privado das campanhas eleitorais, gerador de compromissos a serem cumpridos

pelos candidatos eleitos. Requião disse que o financiamento público – “uma espécie de enfermaria do INSS, todos terão recursos mínimos” – não evitará a busca de dinheiro junto a empresas privadas, à margem da legislação.

STF

No mesmo pronunciamento, Simon elogiou o presidente Fernando Henrique Cardoso pela escolha da juíza Ellen Gracie Northfleet para o Supremo Tribunal Federal. Ela será a primeira mulher nessa posição e ocupará a vaga do ministro aposentado Luiz Octavio Gallotti. “Faltava isso no Supremo Tribunal Federal, pois as mulheres já vêm ocupando espaço em outros setores”, afirmou.

Simon adiantou que deverá fazer na próxima terça-feira uma análise sobre a ética na política e a impunidade no país. Outro assunto que o senador deverá abordar são os resultados das últimas eleições municipais.

## Júlio Eduardo cobra coerência do governo

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) pediu coerência do governo quanto às teses defendidas pelo país nas convenções sobre alterações climáticas. Ele mencionou a Conferência de Haia, na Holanda, que se realizará no

dia 13, em que os países signatários da Convenção sobre Alterações Climáticas – entre eles o Brasil – debaterão o efeito estufa e mecanismos de desenvolvimento limpo.

Para Júlio Eduardo, que participou em Belém (PA) do Seminário para Inclusão das Florestas no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o Brasil vem apresentando posicionamento contraditório.

– O governo defende que tais mecanismos se limitem às áreas de reflorestamento, deixando toda a nossa rica floresta nativa fora de benefícios que o próprio Brasil propôs e fez aprovar em acordos internacionais – afirmou.



Para Júlio Eduardo, posição do Brasil é contraditória

## Momento é oportuno para reforma política, diz Machado

O líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), fez na quarta-feira um apelo a todos os partidos com representação no Congresso para que a reforma política seja votada o mais breve possível. Segundo ele, o momento pós-eleitoral é o mais indicado para se fazer a votação dos projetos que compõem a reforma.

Sérgio Machado destacou o que considera pontos-chaves da reforma: financiamento público das campanhas, fidelidade partidária, cláusula de desempenho (que impõe um coeficiente eleitoral mínimo para que os partidos tenham representação no Congresso), proibição de coligação nas eleições proporcionais e a votação por meio de listas de candidatos.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) expôs as preocupações dos pequenos partidos considerados históricos – que possuem tradição de dis-

putas eleitorais e clara definição ideológica – de que a reforma cerceie a participação de legendas como o PCdoB, o PV e o PPS. “É preciso uma reforma política que não cerceie as idéias e não impeça a atuação dos pequenos agrupamentos doutrinários ideológicos, mas que acabe, definitivamente, com a mercantilização e o comércio das legendas eleitorais que se repetiu, de forma clara, nessas eleições municipais”, opinou.

Sérgio Machado explicou que a intenção da reforma política é garantir o funcionamento dos partidos que não alcancem 5% do eleitorado nacional e pôr fim às alianças partidárias meramente eleitorais e sem conotação programática.

– Defendemos a cláusula de desempenho e a confederação de partidos para garantir aos pequenos partidos que não atingirem os 5%, mas que queiram se juntar em uma federação,



Sérgio Machado apelou aos partidos para que votem a reforma política

com duração por todo o mandato, a possibilidade de participar do mesmo processo, em igualdade de condições. O que não faz sentido são as alianças meramente eleitoreiras, que só duram o período da eleição – disse Machado.

O líder do PSDB também considera fundamental para eliminar as distorções do processo eleitoral aprovar o financiamento

público de campanhas – a proposta ainda se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

– Precisamos dar transparência, igualdade de condições entre os candidatos, para que prevaleçam as idéias e não a capacidade de arrecadar recursos, evitando todos esses caminhos oblíquos que têm sido observados na vida pública – disse.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) ressaltou a importância do trabalho de Sérgio Machado como relator da comissão que elaborou a proposta de reforma política, e registrou a realização, na véspera, de reunião com integrantes da base governista para discutir uma fórmula de implementá-la.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou a solidariedade do PT ao projeto de reforma política e assegurou que a bancada do partido tudo fará para que a matéria venha a ser votada já na próxima semana.

## Francelino aponta baixo salário na Biblioteca Nacional

Ao registrar os 190 anos da Biblioteca Nacional, comemorados ontem, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que são pagos baixos salários para os servidores da entidade. Isso, observou, contrasta com a importância da instituição. Ele pediu que o Executivo resolva a questão e também atualize o Decreto nº 1.825 sobre o depósito legal.

– Esse é um dos instrumentos cruciais para que a Biblioteca Nacional mantenha atualizado o seu magnífico acervo, pois exige das editoras que remetam um exemplar de cada nova edição que publicam ou lançam – esclareceu.



Francelino Pereira registrou os 190 anos da Biblioteca Nacional